

**PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO
012/DGRDN-MDN/2023**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DO CENTRO DE OPERA-
ÇÕES ESPACIAIS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA SPACE SURVEILLANCE
AND TRACKING (SST)**

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ÍNDICE

ARTIGO 1.º IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO	2
ARTIGO 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR .	2
ARTIGO 3.º TRAMITAÇÃO DO CONCURSO E CONSULTA DAS PEÇAS.....	2
ARTIGO 4.º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	3
ARTIGO 5.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.....	3
ARTIGO 6.º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	3
ARTIGO 7.º IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA	4
ARTIGO 8.º PROPOSTAS VARIANTES	4
ARTIGO 9.º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	4
ARTIGO 10.º PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	4
ARTIGO 11.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	5
ARTIGO 12.º RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL	8
ARTIGO 13.º NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
ARTIGO 14.º VALOR E MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	10
ARTIGO 15.º POSSIBILIDADE DE RECURSO AO AJUSTE DIRETO	10
ARTIGO 16.º CONTAGEM DE PRAZOS	10
ARTIGO 17.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11
ANEXO I.....	12
ANEXO II.....	13
ANEXO III	14
ANEXO IV	15

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ARTIGO 1.º **IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO**

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de serviços de operação do Centro de Operações Espaciais no âmbito do programa *Space Surveillance and Tracking* (SST), nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos.
2. É adotado o Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), ao abrigo da alínea a) do artigo 20.º, o qual é regulado pelos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (abreviadamente designado CCP).

ARTIGO 2.º **ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

1. A entidade adjudicante é o Estado Português/Ministério da Defesa Nacional (EP/MDN), através da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, com o com o NIPC 600086640, sita na Av. Ilha da Madeira, n.º 1, 2.º/4.º pisos, Código Postal 1400-204 Lisboa, com o telefone +351 213 038 500; Fax + 351 213 027 221 e endereço eletrónico dgrdn@defesa.pt.
2. A decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa foram tomadas por Despacho de 15 de novembro de 2023 da Ministra da Defesa Nacional, no uso de competências próprias ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 1 do art.º 36.º do CCP.

ARTIGO 3.º **TRAMITAÇÃO DO CONCURSO E CONSULTA DAS PEÇAS**

1. As peças do presente do concurso – Anúncio, Programa do Concurso e Caderno de Encargos, e respetivos anexos, - são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>.
2. Todos os pedidos de esclarecimento, requerimentos, comunicações, notificações e demais atos a praticar no âmbito do presente concurso, são efetuados através da referida plataforma eletrónica.
3. Todos os documentos carregados nas plataformas eletrónicas deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da lei aplicável.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
5. Caso os interessados tenham dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

mesma, através dos manuais técnicos ou dos contactos disponibilizados para esse efeito em <https://www.acingov.pt/>.

ARTIGO 4.º ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O Procedimento é conduzido por um júri com as competências previstas na lei, designadamente nos artigos 69.º e 72.º do CCP, sendo ainda competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, nos termos previstos no n.º 1 e na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

ARTIGO 5.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. As propostas são apresentadas diretamente na plataforma eletrónica até ao 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.
 2. As propostas apresentadas depois de expirado o prazo referido no número um não serão aceites, sendo os concorrentes os únicos responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.
-

ARTIGO 6.º DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é obrigatoriamente constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), devidamente preenchido pelo concorrente, em conformidade com o modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, ao qual pode aceder conforme indicado no **Anexo I** (DEUCP) ao presente programa;
 - b) Documento onde conste a indicação do preço contratual, apresentado de acordo com o modelo de proposta em **Anexo III**;
 - c) Documento que contenha os demais atributos da proposta, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos;
 - d) Documento que ateste a conformidade da proposta com os termos e condições não submetidos à concorrência, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
 - e) Documento comprovativo de que o concorrente é detentor de acreditação NACIONAL CONFIDENCIAL, EU CONFIDENCIAL E NATO CONFIDENCIAL;
 - f) Proposta técnica em conformidade com a cláusula 1.ª e a parte II do Caderno de Encargos.
2. Os documentos da proposta são assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, devendo a mesma vir acompanhada de documento que comprove os poderes

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

de representação de quem assina a proposta, designadamente certidão de registo comercial atualizada, com todas as inscrições em vigor, podendo o concorrente, em alternativa, disponibilizar o código de acesso à certidão permanente.

3. No caso de proposta apresentada por agrupamento concorrente, a mesma deve ser assinada por todos os seus membros ou, pelo representante comum devendo neste caso ser juntos os respetivos instrumentos de mandato.

ARTIGO 7.º IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. A documentação de natureza técnica, tais como, catálogos, certificados, referências, manuais e documentos similares, podem ser apresentados em língua inglesa.¹

ARTIGO 8.º PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 9.º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 10.º PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Nos termos do n.º 1 do art.º 71.º do CCP, considera-se o preço de uma proposta anormalmente baixo quando se apresentem montantes inferiores a 684.000,00 € (seiscentos e oitenta e quatro mil euros), tendo em conta média de valores para contratos similares celebrados anteriormente.

¹ Se adequado podem ser admitidos outros documentos e/ou outros idiomas (ver art.º 58º, n.º 2 e 3 do CCP).

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ARTIGO 11.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A avaliação das propostas e respetiva ordenação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **Multifator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelos fatores e subfactores, correspondentes aos diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.
2. O modelo de avaliação das propostas a que se refere o número anterior é efetuado em função dos seguintes subfactores:
 - a. Preço da Proposta (PP);
 - b. Qualidade técnica da Proposta (QP)
 - c. Experiência Profissional Relevante (EP)
3. A pontuação da Proposta (P) é calculada através da seguinte formula:

$$P = 0.20 * PP + 0.40 * QP + 0.40 * EP$$

4. A avaliação do Preço da Proposta (PP), será calculada de acordo com a seguinte forma, numa escala de 0% a 100%:

$$PP = \frac{Pb - Pp}{Pb} * 100$$

Em que, **Pb** é o preço base para este contrato, **Pp** é o preço proposto pelo concorrente.

5. Qualidade Técnica da Proposta (QP):

O Caderno de Encargos explicita inequivocamente que é obrigatória a apresentação de Recursos Humanos (RH) com requisitos mínimos em termos de quantidade e formação/experiência. Para apuramento da classificação atribuída neste fator, o número de pontos resultante do número anterior é traduzido para a escala de 0% a 100%, aplicando-se-lhe, posteriormente, para a avaliação global das propostas, o coeficiente de ponderação de 40%, de acordo com a seguinte fórmula:

$$QP = \left(\frac{\text{Pontos obtidos RH}}{79} \right) * 100$$

A valorização deste fator terá em conta as seguintes condições até um máximo de 79 (setenta e nove) pontos:

- a. Por cada RH adicional (Equipa de Operadores de Planeamento e Catálogo – REQ. 11) e que cumpra com as competências obrigatórias (REQ. 12) apresentado será valorizado com 2 (dois) pontos, até um máximo de 4 (quatro) pontos, para além dos obrigatórios;

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

- b. Por cada RH apresentado para a Equipa de Operadores de Planeamento e Catálogo (REQ. 11) com as competências obrigatórias (REQ. 12) que cumpra com o REQ. 14, para além do obrigatório, será valorizado com 2 (dois) pontos, até um máximo de 6 (seis) pontos;
- c. Por cada RH apresentado para a Equipa de Operadores de Planeamento e Catálogo (REQ. 11 ou 14) com experiência comprovada em gestão de base de dados aplicada a projetos de espaço será valorizado com 1 (um) ponto, até um máximo de 4 (quatro) pontos;
- d. Horas de Help Desk semanais, em horário diurno (REQ. 24)
De acordo com este subfactor serão valorizadas as propostas que apresentem uma bolsa de horas mínima de 2 horas, até um máximo de 20 horas semanais para apoio às operações.
Será atribuído um máximo de 5 pontos de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontos} = \frac{(nr. horas - 2) * 5}{18}$$

- e. Afetação de recursos humanos com morada permanente na ilha Terceira
De acordo com este subfactor serão valorizadas as propostas que apresentem RH, com morada permanente na ilha Terceira, mediante a apresentação de comprovativo. Serão atribuídos 2 pontos por operador, até um total de 16 pontos.
- f. Equipa de RH afetos à operação de sensores, com competências e qualificações para serviço “helpdesk” e apoio na identificação de evoluções da rede SST-PT (REQ. 22)
De acordo com este subfactor serão valorizadas as propostas que apresentem um conjunto de RH em horário semanal normal (tendo como horário de referência a hora de Portugal Continental), para apoio na identificação de eventuais problemas, sugestões, propostas de evoluções ou alterações do sistema ou para apoio na participação da rede Portuguesa SST no âmbito de acordos, protocolos ou subvenções nacionais ou internacionais na área do SST/SSA, devendo as respetivas competências na área de SST/SSA serem atestadas através de CV.
Serão atribuídos até um máximo de 2 pontos por cada RH que apresente um CV compatível com a exigência das tarefas inerentes à prestação dos serviços (inclui-se áreas de gestão de projetos, desenvolvimento de software, engenharia física, aeroespacial, telecomunicações, atestado por experiência profissional de, pelo menos, 2 anos nas

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

respetivas áreas e na área espacial, preferencialmente SST, e participação em grupos de trabalho internacionais na área SSA/SST de, pelo menos 2 anos, até um total de 10 pontos.

- g. Equipa de RH afetos à operação de sensores, com competências e qualificações para exploração e operação da rede de sensores SST-PT (REQ.21)

De acordo com este subfactor serão valorizadas as propostas que apresentem um conjunto RH cujo CV ateste competências e comprovadas qualificações para assegurar o apoio à correta operação e exploração dos sensores e rede SST-PT, e competências técnicas para apoio na identificação de evoluções à rede e sensores.

Serão atribuídos até um máximo de 2 pontos por cada recurso humano que apresente um CV compatível com competências nas áreas de ótica, espaço, programação, aeroespacial ou SST, até um total de 10 pontos.

- h. Competências desejáveis dos elementos afetos às tarefas (REQ. 26)

De acordo com este subfactor serão valorizadas as propostas cujos Recursos humanos apresentem competências desejáveis adicionais.

Serão atribuídos 1 ponto por cada competência desejável dos recursos humanos afetos às tarefas do caderno de encargos, num máximo de 4 pontos por RH, até um total de 24 pontos.

6. A avaliação da Experiência Profissional Relevante (EP)

Este fator valorizará propostas que apresentem RH com experiência relevante em operação SST de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = (\text{pontos EP} / 33) * 100$$

Serão atribuídos 3 (três) pontos por cada RH afeto à equipa de operação dos sensores, com experiência em operação de telescópios para efeitos SST, até um máximo de 12 pontos.

Serão atribuídos 4 (quatro) pontos por cada RH afeto à equipa de operadores de planeamento e catálogo, com experiência em operação de planeamento, base de dados e sistemas SST, até um máximo de 16 pontos.

Será atribuído 1 (um) ponto por cada RH afeto à equipa de planeamento e catálogo, com certificação no programa STK (Ansys), até um máximo de 5 pontos.

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

7. Em caso de empate, o critério de desempate será o da proposta que tiver obtido maior pontuação nos fatores a seguir indicados, aplicados, em caso de persistência do empate, sucessivamente pela ordem em que se encontram aqui indicados:
 - a) Qualidade Técnica da Proposta;
 - b) Experiência Profissional Relevante;
 - c) Preço da proposta.
8. Casos os critérios indicados no número anterior não permitam desempatar as propostas, aplicar-se-ão, os seguintes critérios de desempate pela ordem a seguir indicada:
 - a) A proposta que tiver sido apresentada por micro, pequena ou média empresa, por ordem crescente da categoria de PME, de acordo com a definição constante da Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003;²
 - b) Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio público, a promover pelo júri do concurso.

ARTIGO 12.º

RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas, bem como a exclusão das propostas caso ocorra qualquer um dos motivos de exclusão previstos na lei.
2. O relatório preliminar é enviado pelo júri a todos os concorrentes, o qual fixará um prazo não inferior a cinco dias (úteis), para que se pronunciem por escrito ao abrigo do direito de audiência.
3. Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer um dos motivos previstos na lei.
4. No caso da alteração do teor ou conclusões do relatório preliminar ou de alteração da ordenação dos concorrentes, o júri procede a nova audiência prévia.

ARTIGO 13.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para, no prazo de 10 dias úteis:

² RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas [notificada com o número C (2003) 1422] (Texto relevante para efeitos do EEE) (2003/361/CE).

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

- a) Apresentar os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP e em conformidade com o disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, designadamente:
- i. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa;
 - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 artigo 55.º do CCP:
 - Declarações da situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que o concorrente seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Certificado(s) do registo criminal do adjudicatário (pessoa singular ou coletiva) e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência; e
 - Certidão do registo comercial atualizada, que contenha indicação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
- c) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;
- d) Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, ou declaração através da qual um terceiro se comprometa, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações constantes do respetivo documento de habilitação;
- e) Confirmar, se for o caso, a constituição de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, mediante a apresentação do respetivo contrato de consórcio, com indicação do chefe do consórcio e a especificação dos poderes que lhe são conferidos, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho;
- f) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato, considerando-se a mesma aceite pelo adjudicatário quando não haja reclamação no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da notificação.
2. Em alternativa à apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário poderá indicar o(s) sítio(s) onde tais documentos se encontram disponíveis para consulta, disponibilizando a informação necessária para o efeito.
3. Os documentos de habilitação são redigidos em língua portuguesa; quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. Sempre que ocorra um facto que, nos termos da lei, possa determinar a caducidade da adjudicação, nomeadamente falta de apresentação ou irregularidades nos documentos de habilitação, o

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

adjudicatário será notificado para se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre o facto ocorrido, em prazo a fixar pelo órgão competente para a decisão de contratar não superior a 5 dias (úteis).

5. Quando a falta ou a irregularidade se verifique por facto não imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta ou para o suprimento da irregularidade, de 5 dias (úteis) a contar da data da respetiva notificação, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 14.º VALOR E MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

1. O adjudicatário fica obrigado à prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, pelo valor correspondente a 5% do preço contratual³.
2. A caução é prestada sob a forma de garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o modelo em **Anexo IV** ao presente programa.

ARTIGO 15.º POSSIBILIDADE DE RECURSO AO AJUSTE DIRETO

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, consoante o aplicável, a entidade adjudicante reserva-se o direito de vir a adotar o ajuste direto para a contratação de novas obras ou de novos serviços que consistam na repetição de obras ou de serviços similares aos que constem do contrato a celebrar na sequência do presente concurso.

ARTIGO 16.º CONTAGEM DE PRAZOS

1. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos ou feriados; os restantes prazos do concurso são fixados em dias úteis.
2. Não se conta o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr, considerando-se que o prazo expira às 23:59:59 do dia em que o mesmo termina; a hora relevante para o efeito é a hora local – hora de Lisboa, Portugal.

³ No caso de contrato com previsão de renovações, o valor da caução é calculado com base no preço do seu período de vigência inicial, ficando cada renovação condicionada à prestação de nova caução por referência ao preço correspondente ao respetivo período de vigência.

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ARTIGO 17.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente concurso rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atualmente em vigor, e demais legislação aplicável, bem como pelas regras constantes do presente programa de concurso e das restantes peças do procedimento.

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

(a que se refere o n.º 1 do artigo 168.º e o n.º 6 do artigo 57.º do CCP)

O DEUCP encontra-se disponível no endereço:

[HTTP://WWW.BASE.GOV.PT/DEUCP/WELCOME](http://www.base.gov.pt/deucp/welcome)

Devendo os concorrentes completar o seu preenchimento com as informações que lhe digam respeito.

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ANEXO II

Modelo da Proposta

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal, sede e número de matrícula no registo comercial ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal, sedes e números de matrícula no registo comercial), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), obriga-se a executar todas as prestações objeto do contrato, em conformidade com o referido caderno de encargos, pelo preço de €, euros. ⁽²⁾

À quantia supra mencionada acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal de _____% no valor de €

... (local),... (data),... [assinatura] ⁽³⁾

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) Indicar valor em expressão numérica e por extenso. Valor sem IVA.
- (3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no CONCURSO PÚBLICO ..., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- O declarante junta em anexo [ou indica o endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura 5].

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3 Acrescentar as informações necessárias à consulta ou acesso, se for o caso.

4 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

5 Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO N.º 012/DGRDN-MDN/2023

ANEXO IV

Modelo de declaração bancária

[a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º]

Procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], cujo anúncio foi publicado no Diário da República de ... e no Jornal Oficial da União Europeia de ... [se aplicável] ... [designação, número de identificação fiscal e sede] (adiante, Instituição de Crédito), neste acto representada por ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de ... [qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra], com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes] (adiante, Candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

a) **A Instituição de Crédito obriga-se**, perante o Candidato e ... [designação, número de identificação fiscal e sede da entidade adjudicante], **a pôr à disposição do Candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato** a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;

b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a Instituição de Crédito atribui ao Candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;

c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

[Local], [data] [Assinatura]